APONTAMENTOS SOBRE O PERSONALISMO POLÍTICO PARANAENSE*

Evandir Codato**

Resumo. O artigo faz apontamentos sobre a natureza do discurso do governador Moisés Lupion, presente na Mensagem à Assembléia Legislativa, de 1949. Este discurso apresenta características que reforçam uma imagem personalista, vertente da denominada nova cultura política brasileira. Utiliza-se a análise do discurso como instrumento para destacar o juízo ético de valor, como componente importante da personificação criada pelo governador, de promotor do progresso paranaense.
Palavras-chave: personalismo político de Moisés Lupion, natureza do discurso ético de Moisés Lupion, política paranaense.

Notes on political personalism in the state of Paraná

Abstract. This article analyzes the nature of governor Moisés Lupion's address to the state Legislature, delivered in 1949. His speech contains some characteristics that reinforce the personalist image which was a trend of Brazilian new political culture. Discourse analysis was the instrument used to discriminate the ethical opinion as a crucial component of the personification of progress promoter in the state of Paraná created by the governor.
Key words. Lupion's political personalism, nature of Lupion's ethical discourse, politics in the state of Paraná.

* Este artigo é resultado da atividade de pesquisa realizada durante Licença Sabática, pelo DHI/UEM, sob a orientação da Profa. Dra. Laima Mesgravis.
** Filiada à Anpuh/PR, à ARQ-SP e Professora Associada do DHI/UEM. E-mail: evandir@wnet.com.br

Introdução

Os estudos sobre os anos cinqüenta, na esfera do político, que abordam a política de massas, compõem uma discussão que, longe de se esgotar, reformula-se com novos instrumentos metodológicos ou, ainda, com os posicionamentos do que se denominou "renascimento da História política". Este artigo tem essa direção e propõe-se fazer apontamentos sobre a construção da democracia brasileira entre os paranaenses, considerando seus agentes – elite e massa, sobretudo a elite.

Dentre as várias lideranças políticas do período, uma delas - governador paranaense - foi rotulada pela imprensa curitibana como detentora de significativo índice de popularidade. A esse fenômeno denominou-se lupionismo. O comportamento político de Moisés Lupion está associado, como a quase totalidade dos partidos da época, a uma vertente do pensamento conservador, a um segmento de poder que representava interesses empresariais do setor madeireiro e, sobretudo, vinculado às lideranças e às estratégias do PSD.

Ainda que o período desse governador tenha sido analisado de fato, poderá, ainda, receber tratamento pouco mais detalhado que o contextuaria no campo das idéias e das práticas políticas do século XX, destacando sua linguagem, sem, no entanto, considerá-lo como uma particularidade ou uma singularidade.

É importante ressaltar que estudos do período compreendido entre 1945/1950 (Codato, 1991) apontam o udenismo e o lupionismo paranaenses como desdobramentos da oposição entre PSD/UDN, influenciados igualmente pelo nacionalismo e pelo regionalismo. No entanto, o governo de Lupion apresentou-se como uma vertente do conservadorismo, um pouco mais ao centro, se comparado ao radicalismo do udenismo, por exemplo de 1964. Ao ser apresentado como liderança regional, o governador vincula-se às vicissitudes da política de massas, porém sem apresentar o mesmo carisma de Vargas. Naquele estudo do partido pessedista paranaense, ficou entendido que o denominado lupionismo foi muito mais o resultado de uma prática incentivada pelo PSD do que um fenômeno com características populistas. As estratégias desse partido nacional teve por suporte, as formulações varguistas, sem, no entanto, conseguir forjar o aparecimento de outros líderes nacionais de mesmo estilo. Assim sendo, é importante indagar aquilo que a imprensa curitibana denominou lupionismo, no contexto da nova cultura política.

Não se estará dizendo algo sem fundamento ao se considerar este apoio em favor do governador como um dos lados no jogo das estratégias partidárias, atividade comum e cotidiana nas relações desse segmento de poder que sistematicamente tem, como meta, a comunicação com seus quadros e

eleitores, em todos os níveis, até o limite da sedução ou da mobilização da sociedade.

É corrente o entendimento de que o pensamento conservador manteve-se presente em diferentes circunstâncias da vida política brasileira. Eis que, na composição desse pensamento, intelectuais paranaenses, do início deste século, criam um movimento denominado paranista. Em recente estudo, ele foi considerado como construção simbólica da identidade paranaense. O artigo "O paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50" recupera os discursos dos governadores e dos intelectuais que **pensaram** o homem paranaense e identificam o **espetáculo da prosperidade**, que teve por agente propulsor o "descendente de europeus, construtor de uma civilização burguesa e comerciante".

Os governantes paranaenses do início do século e dos anos cinqüenta elaboraram discursos sobre a modernidade, relacionando-a com a sociedade. Dentre esses, foi recortado o discurso de Moisés Lupion, que atuou no período conhecido como redemocratização. Até onde se sabe, a imagem de empresário bem sucedido foi associada à de paranaense engajado na moderna corrente de desenvolvimento econômico e progresso social. Desse expediente também se utilizou o PSD em sua comunicação com os eleitores da época, para provocar a imediata associação entre partido e corrente de pensamento moderno. É importante reter na memória que o Partido Social Democrático, enquanto partido nacional, é caracteristicamente do período da nova cultura política.

A aparência de tais manifestações podem nos levar a conjeturas do tipo: os simpatizantes de Lupion estariam resgatando opiniões do cotidiano, tendo também como referência a política de Vargas, ou trata-se de uma imagem personalista?

O discurso intelectual de vertente conservadora manifesta-se claramente a favor do trabalho do imigrante. Aquele do início do século expressa-se como movimento étnico cultural contrário à cidadania plena do imigrante; o segundo, pelo menos, reconhece-lhe o papel fundamental de trabalhador. Ambos desvalorizam o trabalho negro – por não citá-lo – e, acima de tudo, tentam desenvolver, no seio da sociedade paranaense, uma imagem ideal de paranaense. A omissão dessa inserção torna vulnerável a idéia de cidadania.

Alguns pressupostos podem ser considerados quando se faz referência à linguagem de vertente conservadora:

1. O ideal paranista aparece em conjunturas em que concepções de nacionalidade e de territorialidade estão sendo redefinidas. Essas concepções são questões que pertencem à idéia de modernidade e ao universo da

construção da democracia brasileira, que, por extensão, estão ligadas à definição da propriedade da terra, grande problema do século XX. O paranismo, segundo se constata, projetou-se no imaginário da I República, defendendo o positivismo e o anticlericalismo. Na década de 50, ele se propunha a definir a imagem dos agentes propulsores do espetáculo da prosperidade, feito pelo descendente de imigrante, construtor de uma civilização burguesa e comerciante;

2. O denominado lupionismo teve interfaces com a política de massas e parece apenas projetar a imagem personalista de Lupion. No entanto, a contemporaneidade com a nova cultura política esclarece parte da dinâmica da política paranaense no contexto das expectativas democráticas e antidemocráticas dos anos cinqüenta.

O estudo desse período torna-se interessante, entre outras razões, porque o governador Lupion teve dois mandatos políticos: o primeiro em 1946-50 e o segundo em 1955-59, abandonando a atividade, por volta de 1962, às vésperas do golpe militar - vilipendiado, como se afirmou depois, pela campanha de denúncia de fraude e de corrupção, ocorrida durante seu segundo mandato. No mais, a presença de um líder político tem um significado que deve ser entendido na sua relação com as massas. Maria Helena Rolim Capelato, em *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*, considera importante entender o "lugar dos sujeitos históricos", inserindo-os no todo em que se integram e que os explica. Assim sendo, fazem-se algumas ponderações:

1. Os mandatos de Moisés Lupion fazem parte de um processo no qual, entre muitas outras coisas, encontra-se a polêmica e o conflito da nacionalização dos partidos políticos – uma estratégia que, possivelmente, criou barreira à ascensão de novos quadros ou de segmentos políticos vinculados aos grupos emergentes da sociedade da época. Mas permite que, dentre os indivíduos interessados no poder e nas estratégias que se usaram para alcançá-lo, fique em evidência uma discussão de interesse do eleitorado sobre valores sociais, senão morais: o esquema para a campanha política desnuda ao público a faceta da corrupção. Para esse esquema resultar positivo contra o governador – e se ele foi arquitetado para isso –seria necessário dirigir a crítica para a sua concepção ética. É nesta perspectiva que será destacado o discurso de Lupion;

2. A política de massas apresenta resistência ao acesso de novos segmentos sociais, usando como tônica e idéia motriz um discurso de centralização, próprio do nacionalismo varguista. Assiste-se à supremacia do discurso nacional sobre o regional que, em certo sentido, é desdobramento da resistência à democracia. Essa política é o fundamento do personalismo político.

No âmbito dessas ponderações e com base na bibliografia sobre o assunto, o governo de Lupion é observado, tendo, por complemento, uma metodologia pertinente ao tipo de documento, que é uma mensagem governamental encaminhada à Assembléia Legislativa. Nela, evidencia-se o tipo de linguagem e de concepção ética suficiente, por ora, talvez, para o entendimento da imagem de governo. Não fica esgotada a possibilidade de outro caminho de pesquisa, no quadro da nova cultura política. Quiçá, esclarecer o personalismo de Lupion associado a outras formas de comunicação, como o rádio e a imprensa.

Neste artigo, destacam-se alguns estudos da política de massas e do personalismo político e evidencia-se o juízo ético de valor, presente na mensagem do governador, de 1949.

Metodologia

Objetiva-se destacar a natureza dos atos governamentais de Lupion, segundo o conteúdo da Mensagem de 1949, dirigida à Assembléia Legislativa, investigando os juízos éticos de valor e as possíveis ligações com a natureza da nova cultura política. Para isso, reporta-se a Ciro Flamarion Cardoso e a Ronaldo Vainfas que, dentre vários modelos de análise do discurso, destacam o de Laurence Bardin. A metodologia

> ...contribui exatamente para resolver o problema da escolha das "unidades de registro e de contexto" em uma análise semântica. Tal escolha, afirma Bardin, deve ser pertinente "em relação às características do material e face aos objetivos da análise".
> Unidade de registro, seria, em tal modelo, o segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, 'visando à categorização e à contagem freqüencial'. A escolha, convém frisar, pode variar bastante, conforme o interesse do historiador. Pode ser o 'tema' (nível extralingüístico) ou pode ser a 'palavra' ou a 'frase' (nível lingüístico) etc. Seja como for, o critério na análise de conteúdo 'é sempre de ordem semântica', de sorte que muitas vezes a(s) palavra(s) e o(s) tema(s) são, no fundo, a mesma coisa (Cardoso & Vainfas, 1997:375-99).

Neste estudo, escolheu-se, em primeiro plano, como unidade de registro, a mensagem de Governo e, como unidade de contexto, a natureza da nova cultura política. Elas estão fundamentadas nas características da fonte documental e nos objetivos da análise, ou seja, no documento em que ficaram registradas, oficial e legalmente, o ato administrativo e o plano de governo. O uso da análise semântica contribuiu para identificar a natureza do discurso ético no contexto da nova cultura política.

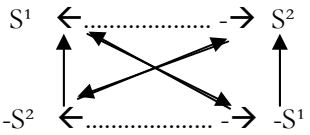
Os autores citam variadas opções para uma escolha da unidade de registro: a palavra, o tema, o objeto, o personagem, o acontecimento e o

documento (ou unidade do gênero). Quando a escolha recai sobre o documento, alertam, há um problema: "discurso, fonte e objeto acabam confundidos na metodologia" (Cardoso & Vainfas, 1997: 383).

Para o entendimento do discurso, a opção pelo documento se deve à especificidade da fonte. Da Mensagem será possível destacar os atos e os planos, de um lado, e a forma da ação política daquele governo; por outro lado, informam o feito e anunciam novo plano de governo. Na introdução da Mensagem de 1949, evidenciou-se um modelo de discurso.

O entendimento que se tem da modalidade torna-se exemplar para o objetivo do presente estudo. Denominam-na "produção de um 'enunciado de valor modal', ou seja, um enunciado que sobredetermina ou rege outro enunciado chamado de 'descritivo'" (Cardoso & Vainfas, 1997: 116). Baseando-se em Greimas e Gourtés, existem duas formas de "enunciados elementares ou canônicos": os de estado (ser, estar); e os de fazer (ações que modificam).

Observe-se o seguinte quadrado semiótico:



←_____→ indica uma relação de contradição;
←-.....-→ indica uma relação de contrariedade;
_____→ indica uma relação de complementariedade (implicação);
S^1 ← ..... → S^2 é o eixo dos contrários;
$-S^2$ ←_____→ $-S^2$ é o eixo dos subcontrários;
S^1 ←_____→ $-S^1$ é o esquema positivo;
S^2 ←_____→ $-S^2$ é o esquema negativo;
S^1 ←_____→ $-S^2$ chama-se dêixis positiva;
Observação: **positivo** e **negativo** são convenções espaciais e não valorativas (Cardoso & Vainfas, 1997: 387).

Para tanto, detectou-se que o seguinte quadrado orienta a análise do discurso, [1] presente na Mensagem de 1949, do governo Lupion:

[1] Essa metodologia tem inúmeras restrições de uso. Vide maiores detalhes em Debert, 1979.

S¹ (necessidade/certeza)	*S² (impossibilidade)*
Poder ser	poder não ser
Poder fazer	poder não fazer
Querer fazer	querer não fazer
Querer ser	querer não ser
Dever ser	dever não ser

-S² (possibilidade)	*-S¹ (contingência/incerteza)*
não poder não ser	não poder ser
não poder não fazer	não poder fazer
não querer não fazer	não querer fazer
não querer não ser	não querer ser
não dever não ser	não dever ser

O Personalismo Político de Moisés Lupion

O lupionismo é termo citado nos jornais paranaenses para denominar uma forma diferenciada de governo conduzida por Moisés Lupion, no período após o Estado Novo. Para a professora Maria Helena Rolim Capelato, esse momento nacional representa uma nova cultura política, onde a política de massas é substituída pela personificação política do populista.

O presente estudo tem como preocupação metodológica analisar o governo de Lupion de forma integrada ao todo da política brasileira. Para isso, destaca os discursos paranaenses que estiveram ligados a correntes do pensamento conservador brasileiro e que, também, mantinham, em atalaia, o tema regional: esclarece os fundamentos desses discursos e considera que esses se mantiveram ao longo do século XX, com roupagens diferenciadas, dependendo do espetáculo e do espectador. Nesse processo, deve ficar em destaque o exercício de governo, entendido como personificação.

Antes, porém, destacam-se alguns estudos da esfera do político que sustentam os principais argumentos desse estudo.

No artigo *História política*, Maria Helena Rolim Capelato (1996: 161-4) diz que a historiografia brasileira atual apresenta interesse com a história política. Nesse artigo, levanta questões sobre o significado desse interesse "como fruto das mudanças históricas dos últimos anos, no plano internacional e nacional"; aponta uma questão intrigante: dois olhares que não se cruzam, quando se observam as aberturas e as mudanças sociais; e sugere investigações futuras, no campo da história política de longa duração; ressalta que a mudança de eixo do tema revolução para democracia provocou alterações nas investigações e que o "esgotamento das experiências revolucionárias na década

de 70 fez com que o reformismo e a moderação se apresentassem como alternativas aos projetos de revolução e movimentos de contestação radical".

Nos anos 1960-70, o deslocamento da revolução para as rebeliões políticas e culturais produziu um tipo de revisão historiográfica que acabou privilegiando os estudos sobre os movimentos sociais, grupos minoritários e cultura. Nos anos 1980, a substituição da revolução pela democracia fez com que as atenções se voltassem para a história política. Se o tema da revolução suscitou um estudo aprofundado das estruturas e das 0relações econômicas e sociais, o tema da democracia pressupõe conhecimento mais aprofundado do mundo da política (Capelato, 1996:162).

Uma questão pareceu intrigante a Capelato (1996: 163):

> ... de dois olhares que não se cruzam: o otimista que enxerga as resistências como aberturas para uma realidade diferente, e o pessimista, que não vê possibilidades de mudanças. Talvez, no entrecruzamento dos olhares, possamos visualizar bons resultados.

Indaga, então: de que resistência se está falando e qual o sentido da não participação e da exclusão em diferentes situações históricas? Se o *leitmotiv* do interesse pela política foi a recente construção da democracia, em moldes novos, observe-se, também, que é algo inusitado na nossa vida política. O termo resistência surgiu para definir esse contexto de sociedade polissêmica e imprevisível. Se a discussão é sobre a construção da democracia no país, observe-se que

> ... ela representa o elo de ligação de várias temporalidades. Trata-se de um fazer-se, difícil de ser captado.
> Esta questão, posta para o passado, remete o historiador a uma trama complexa que precisa ser desvendada em todos os seus matizes e nuanças, de forma a resgatar os diferentes tipos de resistência que aconteceram em diferentes épocas neste país. A questão chave que aqui se coloca é a de saber de que resistências estamos falando. Os trabalhos revelam inúmeras leituras do termo: das lutas contra o poder ou contra grupos dominantes às recusas aos valores ou comportamentos impostos, desvios de conduta ou atitudes independentes, o termo adquire muitas conotações. Resistência assume o significado de luta, mas também de independência, autonomia, liberdade de conduta e de expressão.
> Pergunto se esse grande guarda-chuva não encobre uma dificuldade de analisar a multiplicidade e a complexidade dos acontecimentos que compõem a História política brasileira (Capelato, 1996: 164).

A pesquisadora considera que essas imagens positivas e negativas

> ... revelam uma dificuldade de relatar e analisar o entrelaçamento de conquistas e derrotas que caracteriza qualquer História política. [...] No imaginário coletivo,

> intercalam-se duas alternativas. O Brasil não é, virá a ser, ou o Brasil não é, e nunca chegará a ser (Ibidem).

Para avançar nessa questão, sugere investigações no campo da História política de longa duração, e, cita o exemplo dos estudos franceses: da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes, do homem comum, e de todas as representações de poder.

Há outra constatação nos estudos brasileiros: Vargas é o norte.

> Acredito que esse interesse pelo período Vargas esta relacionado com a problemática atual de configuração de uma nova cultura política que se introduz a partir de baixo, ou seja, dos movimentos sociais para a "invenção" da democracia. A idéia de cidadania participativa, novidade na História brasileira, convive com a velha noção de cidadania outorgada, imposta do alto desde os anos 1930, e com a concepção de cidadania excludente que caracteriza nossa História republicana desde os seus primórdios (Capelato, 1996:165).

Considerando a importância do tempo curto/rápido e de longa duração, Capelato (1996:165) entende que "o tema da participação política é a chave para a compreensão da História brasileira".

Segundo Márcia Mansor e Maria de Lourdes Mônaco Janotti, no artigo "*A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)*", o novo interesse pela esfera do político, tem sido estudado por Maria Helena Rolim Capelato e por Vavy Pacheco Borges e divulgado em seminários do Grupo de Política da Anpuh.

> Os trabalhos de E.P. Thompson, Maurice Agulhon, Jacques Le Goff, Raymond Williams, François Furet, Marc Ferro, entre outros, apontam para o alargamento da compreensão do domínio do político, definido por Pierre Rosanvallon (1986) como o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e ao mesmo tempo se reflete. Essa conceituação, emergente da prática historiográfica contemporânea, interdisciplinarizada, procura compreender em um mesmo ato de conhecimento a longa e a curta duração, bem como o locus por excelência onde se realiza o conhecimento da essência do histórico (D'Alessio & Janotti, 1996:123-4).

Em outras palavras, o político como "aquilo que aparece, que se manifesta regulando as relações humanas. Lugar onde se experimentam vontades e sonhos coletivos, conscientes ou inconscientes" (D'Alessio & Janotti, 1996:124).

> Segundo Jean Boutier e Dominique Julia, autores da recente obra Passés recomposés (1995), a história política e a história cultural são os dois campos de

> investigação de "ponta" desde os anos 80. Os autores vão além ao dizerem que essas duas áreas são depositárias dos novos anseios de totalidade após alguns anos de fragmentação de objetos e abordagens (D'Alessio & Janotti, 1996:125).

Na tese de Livre Docência em História da América Independente, a professora Maria Helena define *Política de massas, uma nova cultura política* como sendo o resultado do papel do Estado na sua relação com a sociedade, em busca de alternativas para a questão social, ou seja, um "Estado intervencionista, tendo à sua frente um líder carismático que se dirigiu às massas e introduziu uma política social com vistas a evitar as 'revoluções populares'" (Capelato, 1997:117).

Vários são os estudos sobre o significado das concepções desse tipo de movimento e de suas práticas. Primeiro, a tese da manipulação ideológica, então questionada por análises sobre o tema da adesão, "apresentou-se viável quando a propaganda política esteve acompanhada de benefícios reais aos trabalhadores" (Capelato, 1997:117). Outro estudo trata da convivência contraditória entre a melhoria de condições de vida e de trabalho e o autoritarismo dos regimes que procuram liqüidar seus opositores. Ainda no tema da adesão, o estudo de Ângela Castro Gomes identifica dupla lógica no processo: uma material, que explica "os interesses nos benefícios trazidos pelo direito trabalhista", e outra "lógica simbólica de formação e mobilização de identidade". Nesta última, estaria implícita uma relação de reciprocidade. Dentro do mesmo tema, Gareth S. Jones contesta o apoio a esse tipo de regime, em função de benefícios sociais. Para ele, "um movimento político não é simplesmente uma manifestação de miséria e de dor: sua existência se caracteriza por uma convicção, comum a muitos, que articula uma solução política para a miséria e um diagnóstico político das causas". Assim sendo, torna-se fundamental "pensar no atrativo político ideológico das mensagens, assim como examinar sua natureza" (Capelato, 1997:118).

Para compreender essas questões, Capelato (1997:119) discorre sobre a noção de democracia da política de massas, divulgada por meio da propaganda política: a "política de massas se impôs no Brasil (décadas de 1930-40) e na Argentina (décadas de 1940-50), em contraposição ao "liberalismo decadente" e como promessa de inserção desses países no mundo novo". Seu entendimento é de que era necessária a construção de uma política, justificada pela conjuntura mundial:

> De forma genérica, os antiliberais responsabilizaram o liberalismo pela subversão da ordem no mundo contemporâneo e acreditaram que o comunismo resultara da ideologia liberal. A crítica ao sistema liberal-democrático, tido como artificial e perigoso; a necessidade da substituição da ordem política liberal por outra de natureza corporativa e autoritária; a

> compreensão paternalista e autoritária do conflito social; a restauração de valores afirmativos da autoridade, hierarquia, ordem e obediência em detrimento da noção de igualdade e de liberdade; a hipertrofia do aparelho do Estado e sobretudo do poder executivo, a demanda por uma certa intervenção do Estado na economia; a reivindicação da independência econômica da nação. Todos esses elementos compunham o arcabouço do discurso antiliberal (Capelato, 1997:119-120).

A construção do novo é referência constante na propaganda varguista e os seus ideólogos justificam as reformas do seguinte modo

> ... necessárias à solução dos problemas que impediam realização do progresso. O papel tutelar do Estado em relação à sociedade, a defesa da direção do Estado por uma elite política/intelectual capaz de analisar a sociedade e apresentar projetos de reforma a partir de um instrumental científico, de base sociológica/antropológica, foram os aspectos apontados como necessários à inserção do Brasil numa nova era (Capelato, 1977:121).

Estas coordenadas – progresso, participação política e inserção nacional - explicam o contexto em que se situa a análise sobre o governo lupionista e pontuam a crítica sobre os limites da democracia. Indaga-se sobre a ação do governo de Moisés Lupion. Porém, antes, será importante destacar alguns estudos sobre política paranaense, inserindo-os na esfera das idéias e das práticas políticas do século XX e esclarecer o que se entende por personalismo político.

Wilson Martins, ao analisar o quadro político dos anos cinqüenta, diz que a entrada de Getúlio Vargas na política brasileira é uma cena de divisor de tendências ideológicas: os getulistas e os não getulistas, representados pelos dois maiores partidos nacionais, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Para ele, no Paraná, esse divisor ideológico fica mais nítido depois do governo Manoel Ribas (Martins, 1986:79). É importante acompanhar este divisor de águas acrescentando o papel dos intelectuais paranaenses nas formulações do moderno.

> O discurso da "modernidade" certamente não é uma característica única dos governos correspondentes ao período 1947-82; ele já está presente, por exemplo, nas Mensagens e Relatórios de Manoel Ribas. Interventor (1932-35 e 1937-45) e governador do Estado (1935-37), Ribas é tido como formulador de uma política econômica e social de modernização do Paraná; política esta, de certa forma, retomada por seu "herdeiro", Moysés Lupion, a partir de 1947. [Buscavam] evidenciar o surto de progresso dos anos 40-50, bem como o novo papel reservado ao estado na economia nacional, de modo a incluí-lo (...) entre os primeiros da Federação (Ipardes, 1989:25-26).

Constatou-se que, depois de Manoel Ribas, os partidos regionais no Paraná, iniciaram trajetória descendente e foram substituídos por lideranças nacionais de grande expressão – denominados pela imprensa de raposas – vinculadas a partidos, também, nacionais. O regional Partido Republicano, no Paraná, fundado por Manoel Ribas nas primeiras décadas deste século, manteve-se atuante até a segunda campanha eleitoral pós 1945. O PSD recebeu significativos membros do partido regional, inclusive Lupion, que liderou e governou o Paraná até 1962 (Codato, 1991). A criação dos partidos nacionais em oposição aos regionais, definida na Constituição de 1946, parece vinculada ao personalismo político e à nova cultura política.

No recorte que se faz do Paraná, fica em evidência a participação de intelectuais, direta ou indiretamente, como assessores das políticas públicas sendo apresentadas pelos governos com um arcabouço ético. A escolha desse arcabouço no governo Lupion fundamenta-se numa espécie de ruptura ou mesmo uma transição que ele pode oferecer, pois encontra-se às portas do golpe de 1964.

O livro *O Paraná reinventado: política e governo* (Ipardes, 1989) fala de práticas políticas e utiliza-se das Mensagens de Governo, enviadas às Assembléias Legislativas do Estado, como fonte histórica, agrupando-as em três blocos distintos:

> O primeiro, composto pelas Mensagens de Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Netto e Antonio Anibelli, refere-se a um conjunto de práticas que visa dotar o estado de uma população, questão central para os propósitos de desenvolvimento. [...] O segundo bloco é composto por Mensagens de outra geração de políticos paranaenses, porta-vozes de outra fala sobre o mesmo discurso da modernidade. Enquanto os governos do bloco anterior eram "herdeiros" políticos de antigos grupos - Lupion era o "herdeiro" político de Manoel Ribas e Bento, descendente de chefes políticos da República Velha -, Ney Braga e Paulo Pimentel passam para seus eleitores a imagem pública do político 'novo' (Ipardes, 1989:23).

Assim sendo, os autores consideram os governos Lupion e Bento como "a 'arte' de povoar um território". Falam das

> ... práticas políticas dos governadores dos anos 40 e 50, que sob formas diferenciadas, 'tecem a identidade territorial e populacional' paranaense. A busca de uma "identidade territorial" se coloca nas iniciativas voltadas à instalação de uma rede de transportes que aproxime internamente as diferentes regiões do estado, convergindo-as a um centro administrativo também em construção.
> Quanto à 'identidade populacional', sua busca se evidencia nas múltiplas ações que pretendem remeter as demandas sociais existentes ou criadas ao Executivo. Dessa forma, indivíduos de diferentes procedências passam a ter um único referencial de apoio, de resposta a suas necessidades, aproximando-os pela

> percepção de um mesmo 'foco' administrativo capaz de atender a essas necessidades. Pelo cumprimento da promessa de que a população aqui chegada seria atendida pelo governo, este a torna alvo de suas táticas. A partir delas fica claro o propósito de se fazer algo integralmente perceptível que, ao introduzir-se em todos os espaços sociais, desvende-os e discipline a sua existência política. É o 'público' que perpassa todo o 'privado', tornando-se ambos, mutuamente sujeitos e objetos dessa mesma existência (Ipardes, 1989:43).

A tarefa de administrar a colonização é marca de todos os governos, desde a regulamentação da Lei de Terras. Wilson Martins, por exemplo, diz, no seu livro *Um Brasil diferente*, que a política de imigração, iniciada por Zacarias de Goes e Vasconcelos (30 maio 1855), sempre foi continuada por todos, fosse presidente de província ou governador, e acrescenta:

> ... todos se mostraram convencidos de suas vantagens, com exceção de um ou outro, mais xenófobo, que prefere o colono nacional, ou mais desiludido, que não o prefere de forma nenhuma. (...) O que há de admirável, acima de tudo, nessa política é que ela sempre se fundou na mais completa ausência de qualquer discriminação racial, ideológica ou religiosa (Martins, 1955:82-83).

Obviamente porque o trabalho do imigrante era essencial. A historiografia pouco fala da baixa participação partidária com base e atuação regional.

A tônica do discurso, portanto, é a construção da economia regional num quadro de competitividade com São Paulo, sobretudo. No entanto, os **herdeiros** políticos de Manoel Ribas desentendem-se no momento da definição das coligações partidárias, que dariam sustentação à indicação dos candidatos a candidato para a campanha de governador do Estado, em 1950. O acordo interpartidário entre UDN e PR (partido regional ligado aos chefes políticos da I República) escolhe Bento Munhoz da Rocha Neto, em acordo assinado e não discutido na convenção partidária, descartando o PSD e o getulista Moisés Lupion. Pode-se conjeturar que algo começava a mudar. Nesse momento, o apoio da UDN foi decisivo e até surpreendente, porque este partido havia apoiado Lupion em 1946. Assinala-se, a partir desse fato, que a cúpula nacional decidira mover a campanha de "oposição sistemática" ao governo Vargas.

A tese *PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950* (Codato, 1991) considera a UDN e o PSD como partidos conservadores, que, sistematicamente, utilizavam-se da prática de coligarem-se entre si. Porém,

> ... referenciar a política e sua prática não pode ser somente com o objetivo de situar a compatibilidade dos diretórios nacionais e estaduais, mas resgatar, no

> exercício da política, as formas, meios, táticas e desmembramentos da política regional, na tentativa de verificar as transformações que se fizeram necessárias no jogo e/ou manutenção do poder.

Utilizando-se de artigos dos jornais curitibanos e de livros autobiográficos, resgataram-se "as denominações lupionismo e as estratégias da campanha pessedista de 1946" e evidenciaram-se os limites do "estilo de prática política" (Codato, 1991:7).

Lupion ascendeu politicamente com o apoio de um grupo econômico emergente, tendo em vista o crescimento econômico do estado. No entanto, para responder sobre o alcance daquelas práticas junto à população, é necessário mostrar a forma de relacionamento com as massas e, para melhor entender seu governo, é importante entender o "lugar dos sujeitos históricos", inserindo-os no todo em que se integram e que os explica.

Com Ney Braga inaugura-se outro discurso – o político "novo". Isso nos remete ao fato de que Lupion foi o último governador do grupo que defendia questões de povoamento e de ocupação da terra, aliás, não resolvidos até hoje, devido ao número crescente de conflitos.

A idéia de modernidade – genérica, difusa e sempre atualizada no respectivo formato tecnológico – elaborada por intelectuais, sempre assessora, direta ou indiretamente, os governos. O que mudou e o que anuncia o afastamento daquele grupo defensor da ocupação territorial? Por ora, é suficiente ter em mente que a questão da territorialidade parece não pertencer ao formato dos anos sessenta porque o Incra redefiniu a política fundiária, formulando novo paradigma, já do conhecimento de todos.

Pretende-se sugerir que a personificação política exercida por Moisés Lupion, nos seus anos de governo, apresenta-se como uma, dentre as variadas resistências à construção da democracia. Duas observações importantes são sugeridas para este estudo[2]:

> Primeiro, o caso Vargas é de identidade nacional positiva e coletiva; é um momento particular da política brasileira - o Estado Novo - em que há preocupação com a formação de uma sociedade unida, harmônica e é justamente a crítica ao individualismo, ao liberalismo, à perspectiva de uma representação individual. Segundo, a contraposição a uma representação individual e à identidade individualista coloca o coletivo como o elemento fundamental dessa nova política posta em prática no Estado Novo. A identidade nacional coletiva é uma discussão que está posta pelo Estado Novo, que faz parte da ideologia e não implica que Adhemar de Barros e Moisés Lupion

[2] Conferência proferida pela Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato, na Universidade Estadual de Maringá, em 07 de novembro de 1997. Vídeo.

> tenham recuperado esse trato, porque a questão é posterior e não se trata mais de recuperar a ideologia do Estado Novo.
> No entanto, a aproximação possível de ser feita entre populismo e lupionismo, que é um elemento comum na política de massas, é justamente o tipo de representação do poder, um dos seus traços. Qual o traço mais importante para estudar nesse período? É mostrar que se instituiu uma nova cultura política no país, que deu enorme ênfase ao poder personalizado. Na verdade, o que é o lupionismo? É essa representação com poder personalista que vem justamente na contramão dos pressupostos da democracia. Qual o grande problema da política brasileira? Até hoje, em pleno processo democrático frente à redemocratização, ainda predomina, ao invés de uma representação política partidária, temos muito mais significativa a figura do político, do que a figura do partido. Continua sendo uma política personalista. Por exemplo, quando se observam essas grandes figuras, no conjunto da sociedade, elas são mais importantes que os partidos que representam. Um dos traços que permanecem dessa cultura política do Estado Novo foi a personificação do poder, que é um elemento muito complicado e de obstáculos ao desenvolvimento democrático. É uma cultura política que se contrapõe à democracia. Ao se explorar o caminho da relação líder/massa no discurso nota-se a reapropriação dessas mesmas propostas. O Collor tentou recuperar...

Segundo a mesma autora, a desmobilização política, própria do Estado Novo, caracteriza-se pela produção de imagens e de sentimentos. Tem como particularidade a construção da imagem da relação líder/massa. Ou seja, "a personificação do poder tem eficácia emocional e capacidade mobilizadora", o que explica a importância atribuída ao líder na relação com as massas.

Os estudos sobre a personalidade de Vargas indicam-no como "conhecedor da alma de seu povo", porém o que se observa é um "líder sociólogo/terapeuta [que] relaciona-se com a massa enquanto objeto" (Capelato, 1997:242-6). Do outro lado, o papel e o lugar da massa não se revela com características positivas:

> ... elas podem ser ferozes, indiferentes, exaltadas absurdas, capazes de cometer crimes, mas também podem ter gestos elevados e heróicos quando movidas por um ideal. Tudo depende de quem as conduz' (Silva,s.d.:67). Novamente se afirma, aqui, a incapacidade de autonomia das massas; elas não têm vida própria, só existem através do líder e sua participação é, assim, anulada. Mas Vargas as ama e as compreende como um pai a seus filhos crianças – a imagem romântica do povo criança perpassa a concepção sobre as massas no varguismo (Capelato, 1997:250).

O mito Vargas "foi bem construído; continha todos os ingredientes necessários para provocar forte emoção. Retratado ora como cientista (sociólogo, psicólogo) ora como ser divinizado, o líder solitário representou inúmeros papéis" (Capelato, 1997:262).

A partir dessas considerações, torna-se indispensável tecer comentários sobre o "fenômeno lupionismo", [3] tendo como norte o exercício de um poder que atuou na contramão da democracia. Será útil verificar se, em seu discurso, há reapropriação de propostas personalistas, característica da nova cultura política, ou seja, quais os meios usados, tendo por intenção despertar uma forte emoção. O juízo ético de valor, presente em seu discurso, é que dará sustentação ao que se denomina personalismo político.

Lupion deixou na memória nacional a imagem de corrupto, uma marca denunciada pela máquina de propaganda - a oposição sistemática -, em decorrência dos conflitos de terras ocorridos durante seu governo, em parte motivados pela fraude da venda irregular de terra.

É de interesse histórico, a partir daquelas análises, destacar os juízos éticos de valor presentes no discurso de Moisés Lupion e as possíveis ligações com a natureza da nova cultura política. Reporta-se à metodologia indicada anteriormente, visto que, a partir dela, identificou-se série de frases, dentre as atividades do governo, no ano de 1948 [4], presentes nos itens Introdução e Colonização [5] da referida Mensagem. Orientando-se pela análise do discurso, a idéia de **contingência** esta representada na palavra progresso, na seguinte frase:

> ... na consciência de nosso progresso encontramos a emulação para mais progresso, o entusiasmo para mais trabalho e a amálgama para essa união dos espíritos que faz hoje com que o Paraná se apresente como um conjunto coesíssimo, para o esforço de construção de sua grandeza (Mensagem, 1949:5).

No primeiro parágrafo da introdução, o governador se refere ao documento da mensagem como "exposição dos problemas do Estado e das medidas que supõe necessária à sua solução, - facilitando, por esse modo, a unidade e harmonia de ação dos poderes públicos". As palavras unidade e a harmonia sintetizam e representam a certeza, ou seja, aquilo que Moisés

[3] Sobre as características de sua personalidade e de seu estilo de governo há várias referências, em grande parte resgatadas no capítulo "PSD: "lupionismo" ou "pessedismo"", em minha tese de doutorado (Codato, 1991).

[4] PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1949 pelo Sr. Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba – PR. 1949. p. 5-9 e p. 69-72.

[5] Itens selecionados em função da descrição dos fatos, ou seja, na *Introdução* é citado com maior clareza o plano de governo e onde se faz referência ao sentido dos atos da administração pública. O item *Colonização,* para onde se volta a maior iniciativa do governo em 1948. Considere-se ainda, que na introdução desse tipo de documento se concentra a essência da mensagem.

Lupion acredita ser o início de seu mandato. Veja-se a relação entre unidade e harmonia, em oposição à vigilante crítica:

> Graças a Deus, tal unidade e harmonia de ação não tem faltado entre nós, primeiro pela forte unidade e harmonia das forças políticas que apoiam meu governo, e, depois porque as próprias oposições, se têm divergido, não têm faltado e não faltarão, por certo, nas questões fundamentais, com o seu importante apoio, a sua vigilante crítica, para o debate, para o esclarecimento, para a solução dos problemas que são do interesse da vida de nosso querido Paraná (Mensagem, 1949:5).

No contraponto dessa unidade e harmonia, portanto no quadro da **impossibilidade**, a oposição tem comportamento e função opostos e significa a principal reação do governo:

> ... apesar das divergências partidárias, mesmo quando estas divergências se tornam ásperas, por vezes, podemos dizer que, hoje, o nosso Estado está unido como um bloco espiritual único, pelo entusiasmo que atravessa o espírito de todos em torno do ritmo excepcional de trabalho, de construção, de aspiração de grandeza, de progresso que vive no Paraná em todos os seus quadrantes. (Mensagem, 1949:5) (...) até no Paraná, a demagogia, a oposição sistemática, a facilidade da injúria, a distorção leviana dos fatos, a mentira acintosa, o cinismo das afirmações sabidamente falsas, têm procurado, para conquistar, no interesse pessoal, o favor do povo, dividir, semear o pessimismo, sabotar o esforço, envenenar os espíritos (Mensagem, 1949:6).

O governador manifesta-se como aquele que não teme a oposição porque tem a seu favor uma "unidade moral formidável". Aos divergentes, diz: deve-se repetir-lhes a acusação: "Consciências inquietas respeitai as consciências tranqüilas". E adverte-os: "o povo não quer ser enganado".

O recado é dirigido à União Democrática Nacional.

Apesar da coligação PSD/UDN ter apoiado Lupion na eleição de 1946, em 1948, a UDN do Paraná já desvinculada dessa coligação, executava a chamada "oposição sistemática": campanha deflagrada em nível nacional, contra Getúlio Vargas e PSD, partido do governador (Codato, 1991). A idéia de negação que o governador quer transmitir revela, no entanto, o jogo e o peso das forças partidárias.

A Mensagem tem o sentido de um relato sobre as atividades de seu governo. Observe-se que a repetição da palavra "oportunidade" tem como complemento imagens de juízo ético de valor:

> É uma oportunidade para falar diretamente aos homens que, como eu, estão empenhados nesta grande batalha da construção de um Paraná maior.; (...) [é] oportunidade para exprimir, perante o povo de minha terra, o contentamento de que estamos possuídos pelos tão visíveis sinais de nossa grandeza presente, e

> pelos tão auspiciosos sinais da grandeza para a [a qual] marchamos e estamos construindo; (...) [é] oportunidade para manifestar o nosso entusiasmo pelo espírito e esforço construtor do povo do Paraná; (...) [é] oportunidade para vir louvar a consciência e capacidade com que os auxiliares da administração pública, (...) pelo planejamento e realização de medidas objetivamente articuladas com as situações dos problemas solidamente estudados de nosso Estado; (...) [é] oportunidade para, dar conta aos Senhores Deputados, dar contas ao povo (...) com a preocupação de que ele, assim, julgue, discuta, corrija, participe, colabore (Mensagem, 1949:6).

Igualmente e na mesma medida, havia um plano que deveria ser executado pelos governados. Aqui, entra-se no campo da **necessidade***:*

> ... é necessário que tudo isso penetre, seja compreendido pelo coração do povo, para mover mais forças, para promover mais unidade, para aprofundar, pelo nosso Estado, a solidariedade construtiva de todos, despertando no maior número o orgulho da participação e da colaboração (Mensagem, 1949:7).

Veja-se, ainda, que, sob o olhar do governador, a Mensagem deveria ser uma exposição mais minuciosa:

> ... do que foram o esforço, o sacrifício, as alegrias, as dificuldades, as pequenas e as grandes vitórias, e as emoções que tantas vezes experimentamos vendo o espetáculo empolgante que é hoje o Paraná em trabalho, vendo a sua riqueza, como os seus belos campos novos de trigo (...) como a Estrada de Ferro Central do Paraná, a ampliação vital de nosso sistema rodoviário e portuário, a construção do Hospital das Clínicas,...(Mensagem, 1949:7).

Deveria ser um documento mais extenso:

> ... para contar a dedicação, o amor ao Paraná, o entusiasmo e as emoções (...) dos funcionários públicos, cujas mãos, cujo coração e cujo cérebro estão levantando essa obra semeada em todos os pontos e em todos os setores da atividade administrativa, em nossa terra" (Mensagem, 1949:7).

Um documento que evocasse "a emoção que vi estampada na fisionomia de um dos presentes à cerimônia do início da Estrada de Ferro Central do Paraná (...) alegria, (...) dessa extraordinária empresa que é a primeira central hidroelétrica do Estado, a de Cotia (Mensagem, 1949:7). E que, acima de tudo, proporcionasse o reconhecimento do **sentido de seu governo**:

> ... é necessário que tudo isso penetre, seja compreendido pelo coração do povo, para mover mais forças, para promover mais unidade, para aprofundar, pelo nosso Estado, a solidariedade construtiva de todos, despertando no maior número [de pessoas] o orgulho da participação e da colaboração. Seguramente,

> precisamos e muito que o sentido dessa obra mais e mais penetre profundamente no coração do povo. [Porque esta] mensagem esta animada de um denso conteúdo, pelos objetivos a que se visaram atingir e foram conquistados, pela disciplina de trabalho que exigiu, pelas satisfações que a sua realização proporcionou, pelo que trouxe como melhoria da vida do homem de nossa terra, pelo que criou no sentido da grandeza do Paraná (Mensagem, 1949:7-8).

Até aqui se observou em que medida a ação e a reação do governo estiveram associadas à **impossibilidade, à necessidade e à contingência**.

Importante assinalar que o texto apresenta cinco divisões [6] marcadas por diferentes ações e querem expressar o que foi feito no primeiro ano de governo. O trecho é síntese dos seus atos e fundamental para destacar seu discurso. Informa que a "ação cuidadosamente planificada" chamará a atenção do leitor atento:

> Se procurarmos (...) apreender a orientação, o método e uma visão geral dos resultados atingidos, (...)
> "havemos de ver" uma *ação cuidadosamente planificada* ... em que as medidas ... estão todas articuladas em função de um conjunto ... [determinado] pela mais objetiva compreensão ... da *realidade e das perspectivas de nosso desenvolvimento*; (...)
> "havemos de ver" que aquela planificação teve sempre em vista que, tão grande fosse a realidade e tão grandes as promessas do nosso presente, assim igualmente haveriam de ser grandes os planos, os esforços, as medidas, devendo-se responder aos temperamentos tímidos que as reservas na ação, a falta de amplitude nos planos, *a pequenez nas determinações representa um traição ao nosso futuro*, que está exigindo de nós todas as nossas possibilidades atuais de realização; (...)
> "havemos de ver" [que planificada a ação] a sua execução foi, entre mais, uma *obra de entusiasmo e de fé, um trabalho em que os fatores morais foram evidentes e poderosos*; (...)
> "havemos de ver" (...) na apreciação mais geral dos resultados, primeiro, a maior *eficiência conquistada pela administração pública*, resultado de modificações em sua estrutura, de mais aparelhamento material e mais mecanização de seus serviços, mas, acima disso, resultado de um espírito, de uma consciência que, (...) está até mesmo modificando personalidades, no sentido da ampliação de suas forças de realização, no sentido do maior apuro do afan de cooperação, no sentido de mais emoção no esforço criador em favor do bem comum; (...)
> "havemos de ver" (...) a ordem geral da nossa prosperidade e a crescente elevação de nível comum de vida, (...) fruto (...) do labor administrativo do Estado (...) fatores acidentais ou estranhos àquele labor (...) influenciados (...) pela execução daquele plano geral (...) [de forma] já diretamente como conseqüência [por ex.] do estado de nossas estradas, a proteção da produção, o esforço de resolução dos problemas de transportes, etc., já indiretamente pela circulação da riqueza promovida pela realização de tais obras, ou pelo *clima de*

[6] As divisões estão marcadas pelo verbete "havemos de ver" e o grifo é meu.

> *ordem, de otimismo e de trabalho, de ambição de realização e grandeza que vem, por toda a parte, da vida administrativa do Estado* (Mensagem, 1949:8-9).

Especial atenção deve ser dada à **necessidade** de mão-de-obra agrícola, visto que sua descrição se vincula à realização do progresso. Na Mensagem, ao iniciar sua fala sobre "Braços e mão-de-obra para a produção", no item colonização, acentua que os "problemas de população entram na primeira linha de atenção dos governadores". Para isso, diz: "apresentamos uma extraordinária riqueza potencial, cuja exploração fica sempre condicionada ao nosso déficit demográfico, à existência suficiente, sobretudo, de braços e mãos-de-obra para o trabalho" (Mensagem, 1949:69).

A definição de uma política agrária deveria acontecer porque havia condições favoráveis para a imigração: clima, colonização anterior como atrativo aos europeus e "ambiente físico e social, apesar do problema grave da marginalidade". Nesse discurso, é possível, também, distinguir os fundamentos da política varguista.

> Temos, não obstante, o maior interesse em continuar a recebê-la [refere-se a mão-de-obra]: para atender aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil; [para oferecer] solidariedade aos que fogem da inquietação e aos que fogem da mão-de-ferro comunista; [Receber essa mão-de-obra porque] "os elementos que nos chegam estão se mostrando excelentemente construtivos, haja vista a sua contribuição, no surto tritícola; [Além disso] devemos aproveitar o atual movimento imigratório europeu, em alta até o início da reconstituição econômica. (...) Tais elementos contribuem para o nosso progresso, na atividade dos campos e como artífices. Indicativo do bom nível da presente imigração é o fato da procura, cada dia maior, dos municípios, para receber sua quota de tais levas (Mensagem, 1949:70).

Favorece, também, aos nacionais:

> ... a extraordinária riqueza e seu surto presente de progresso [atrai o que se constata] diária e ininterruptamente, em nossas estradas que introduzem, no sudoeste e no noroeste do Estado, a freqüência de caminhões que chegam transportando famílias e famílias, num afluxo sem paralelo na História do Paraná (Mensagem, 1949:69).

> O movimento de nacionais é de proporções muito maiores e coloca em segundo plano os problemas da assimilação do elemento estrangeiro. (...) A entrada de migrantes ao norte e sul está diretamente ligado ao problema das terras de domínio público. São correlatos os problemas de defesa do patrimônio florestal e disciplina da produção agrícola conseqüente: rotinas mal orientadas, como a queima de grandes extensões para pequena utilização, feita sem cuidado e precauções necessárias (Mensagem, 1949:71).

O trecho seguinte é a mais clara observação sobre o trabalho e contextualiza a idéia de identidade nacional. Não sem razão, a imigração e a migração apresentam-se como serviços com significado expressivo na vida econômico-social do Estado:

> ... pois de sua efetivação decorre a radicação normal do valor humano à terra, objetivando o seu aproveitamento agrícola, concorrendo para o aumento geral da produção e da renda e o adensamento demográfico na zona rural, com todas as conseqüências favoráveis daí decorrentes (Mensagem, 1949:71).

Apesar do desejo da disciplina na ordem colonizatória, os desposados são uma realidade.

> ... o fenômeno da intrusão, grave no norte, na ex-concessão Alves de Almeida, dado o número dos interesses que já estavam em jogo e a densidade mesma da intrusão: riqueza da terra, sistema de comunicação eficiente e localização próxima aos centros consumidores. Apesar disso, foi possível encaminhar a regulamentação da maioria dos casos, a contento das partes interessadas (Mensagem, 1949:71).

Há uma grande linha no plano de colonização para as terras do norte do estado e divide-se em dois setores distintos: o primeiro que abrange as terras do norte e do noroeste, nas bacias dos rios Paranapanema e Ivaí; o segundo, localizado à margem esquerda do rio Ivaí, abrangendo as terras férteis de Campo Mourão, até o rio Piquiri (Mensagem, 1949:71-72).

Apesar da reforma administrativa anunciada, o expediente da regularização da propriedade da terra recebe o mesmo tipo de tratamento que recebia no século passado: não é resolvido. Desnecessário citar os fatos históricos que comprovam o desinteresse na definição da posse da terra, mesmo que a História tenha, ainda, muito a dizer sobre a resistência e a contestação. Por ora, observe-se que o próprio punho de Lupion utiliza-se do grifo, que reforça a idéia da identidade nacional.

> ... a procura de terras tem sido tão acentuada que os nossos serviços de demarcação não suprem a procura de lotes (Mensagem, 1949:72) (...)
> Em nossa plataforma de governo, havíamos dito, como um ponto basilar de nosso programa, que precisamos **pôr em atividade o nosso vasto sertão** (grifo do texto) : Um dos problemas fundamentais da região a que o novo Departamento (refere-se ao recém-criado Departamento do Oeste) está destinado a servir, é o da colonização de suas grandes áreas inaproveitadas e riquíssimas (Mensagem, 1949:129).

Os morosos encaminhamentos da regularização da propriedade da terra e o afluxo populacional motivado pelo atrativo das terras serão os

motivos principais dos conflitos agrários, que os opositores políticos não deixarão de explorar eleitoralmente.

Como se trata de instrumento básico de análise, torna-se indispensável citar aqui referência a respeito do juízo ético de valor. É oportuno lembrar que, nos dias de hoje, fala-se muito sobre uma "crise" dos valores morais e se expressa:

> ... na linguagem cotidiana, quando se lamenta o desaparecimento do dever-ser, do decoro e da compostura nos comportamentos dos indivíduos e na vida política, ao mesmo tempo em que os que assim julgam manifestam sua própria desorientação em face de normas e regras de conduta cujo sentido parece ter se tornado opaco" (Chauí, 1992:345).

Pode-se dizer que:

> ... juízos de valor avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. Os juízos éticos de valor são também **normativos**, isto é, enunciam normas que determinam o **dever ser** de nossos sentimentos, nossos atos, nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações, segundo o critério do correto e do incorreto. Os juízos éticos de valor nos dizem o que são o bem, o mal, a felicidade. Os juízos éticos normativos nos dizem que sentimentos, intenções, atos e comportamentos devemos ter ou fazer para alcançarmos o bem e a felicidade ... Enunciam também que atos, sentimentos, intenções e comportamentos são condenáveis ou incorretos do ponto de vista moral (Chauí, 1997:336).

Considere-se também que, "além do sujeito ou pessoa moral e dos valores ou fins morais, o campo ético é ainda constituído por um outro elemento: os **meios** para que o sujeito realize os fins". Porém, "fins éticos exigem meios éticos" (Chauí, 1997:339).

É inevitável perguntar: qual o poder da moral social? Sua resposta encontra-se no exame do desenvolvimento das idéias éticas na área da Filosofia. Seria necessário verificar, em relação aos anos cinqüenta, qual vertente da moral social se apresentou compatível com o jogo de poder e o exercício dele, nos quadros da política paranaense. Mesmo que esta investigação não seja usual na reflexão metodológica do historiador, pelo menos indica um caminho possível para o entendimento do dever-ser que se faz presente nos discursos dos governantes. Pelo menos, alguma consideração pode ser feita em relação ao juízo ético de valor.

Detendo-se na Mensagem de 1949, do governador Lupion, foi possível destacar os principais raciocínios do discurso que demonstram os feitos políticos, as perspectivas e as possibilidades para o futuro. No resgate

desse discurso de governo, o âmago da mensagem pode, de forma sintética, ser assim colocado: o governador considera que seu governo é um exercício do **ato**, que se realiza por meio da **ação planificada**. Por suposto, o ato é resultado da **moral social** (fim) com a qual Lupion governava e visualizava o **progresso** paranaense. A oposição aos seus atos, feita pela UDN, não deve preocupar o homem engajado no progresso, pois aos divergentes deve repetir-lhes a acusação: 'Consciências inquietas respeitai as consciências tranqüilas'. E adverte-os: 'o povo não quer ser enganado'. Nas palavras da Mensagem, a ação planificada poderá ser observada pelo olhar atento do homem moderno, 'homens que, como eu, estão empenhados nesta grande batalha da construção de um Paraná maior' e num ensaio único realizar a grande obra do dever-ser.

Insiste-se na análise do discurso observando que, na tipologia das modalizações (de Greimas e de Courtés) "é possível comparar as categorias modais do /poder ser/ e do /dever ser/:

	Dever ser	**dever não ser**	
Necessidade	**não poder não ser**	**não poder ser**	impossibilidade
Possibilidade	**não dever não ser**	**não dever ser**	
	Poder ser	**poder não ser**	contingência[7]

Essas categorias podem ser entendidas, ao se estabelecer a devida equivalência de termos, usando-se trechos da Mensagem. Para a categoria Necessidade, há termos equivalentes, como juízo ético de valor; intenções e ações e decoro e compostura na vida política. Eles podem ser identificados abaixo.

1. Necessidade (S^1): "uma ação planificada objetivamente aplicada à realidade atual e vindoura" [Frase equivalente a **poder fazer**, a **dever ser** e a não **poder não ser**]. Eficiente administrativamente e com "uma consciência de cooperação em favor do bem comum". A citação seguinte ilustra a categoria necessidade:

> A ordem geral da nossa prosperidade, o estado de nossas estradas, a proteção da produção, o esforço de resolução dos problemas de transportes, etc. (...) acompanhados da circulação da riqueza promovida pela realização de tais obras, ou pelo clima de ordem, de otimismo e de trabalho, de ambição de realização e grandeza que vem, por toda a parte, da vida administrativa do Estado.

[7] Cardoso & Vainfas, 1997:119-120.

2. Impossibilidade (S^2): "a falta de audácia na ação, a falta de visão política e a pequenez nas determinações representam traição ao futuro". [Idéia equivalente a **poder não fazer**, a **dever não ser** e a **não poder ser**].

3. Possibilidade quer dizer e/ou tem por equivalente juízo ético de valor. As intenções e as ações têm por equivalente o decoro e a compostura na vida política ($-S^2$): "uma obra de entusiasmo e de fé, um trabalho em que os fatores morais foram evidentes e poderosos". [Idéia equivalente a **não dever não ser** e a **poder ser**].

4. Contingência ($-S^1$): "na consciência de nosso progresso encontramos a emulação para mais progresso, o entusiasmo para mais trabalho e a amálgama para essa união dos espíritos que faz hoje com que o Paraná se apresente como um conjunto coesíssimo, para o esforço de construção de sua grandeza"

Em outras palavras se diz: A consciência (ou será desejo?) do progresso, a realização do trabalho e o estado de espírito de união (ou será a contingência?) promovem a construção da grandeza. [Idéia equivalente a **não dever ser** e a **poder não ser**].

Tenha-se claro que, neste artigo, tratou-se de questões ligadas à ocupação capitalista da terra. A ela se dedicaram todos os governantes desde o século passado, razão para que outros setores da produção não tenham tido tanta atenção. Assim sendo, as políticas públicas tinham a necessidade de atrair trabalhadores e registra-se, a partir de 1930, que o acesso à propriedade da terra foi estimulado por meio do parcelamento da compra. A tarefa de executar essa ocupação foi, predominantemente, oficial. Registra-se incapacidade administrativa de fazê-la satisfatoriamente desde o início do século. O aparecimento das companhias particulares de colonização idôneas estimularam a aquisição da terra; porém não lhes cabiam garantir o direito à propriedade delas, função do Estado. O conflito de 1957, no sudoeste paranaense, caracterizou-se pela exigência dos cidadãos, pelo direito à propriedade da terra que haviam adquirido, direito não definido e reconhecido pelo Estado. A intervenção federal, no sentido de regularizar a situação da propriedade concedida, indiscriminadamente, por empresas não idôneas e pelo governo, demonstra o descontrole no gerenciamento dos diferentes interesses, em todos os níveis de poder.

O que se destacou aqui foi a ausência de vontade política dos governantes na definição da propriedade da terra. Os estudos dos discursos dos governadores paranaenses dos anos cinqüenta demonstram sua direção para a ocupação da terra. São políticos personalistas que se apropriaram do discurso varguista. A construção da imagem de Lupion, por volta de 1945, em torno do "paranaense empreendedor", torna-se clara na sua Mensagem de 1949. É o estudo dessa imagem que oferece a possibilidade de identificar o

personalismo político de Moisés Lupion. Mesmo que seja reapropriação, o "ingrediente" (meio) deve ter provocado "forte emoção", o suficiente para sua reeleição.

Destacaram-se as coordenadas da identidade nacional e regional e as características do personalismo político na imagem de "paranaense empreendedor". No quesito participação política e construção da democracia, estão presentes a utilização da estratégia da mobilização política associada à ausência de forte e coesa representação partidária.

Em relação ao governo lupionista, ainda é necessário um levantamento sistemático e detalhado da linguagem em todas as Mensagens, encaminhadas à Assembléia Legislativa, nos dois mandatos de governo, no caso da opção pela análise semiótica, que demanda esforços interdisciplinares. Deve-se, ainda, pesquisar a influência das concepções de Fustel de Coulanges em sua visão de política.

Considera-se, finalmente, que será importante o uso da mesma metodologia em relação aos outros governadores paranaenses, tendo em vista o acompanhamento de alteração ou de mudança de discurso, seja ele personalista ou não.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. 2.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1986.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira et alii. *O paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50*. I Encontro Regional de História "Cultura e Sociedade", Curitiba, 1986. Mimeo.

____. O paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 1950. In: SILVA, Marcos Antonio da. cood. *República em migalhas; história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: ____. & VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: Cardoso & Vainfas, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo; imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense. 1989.

____. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 161-165. 1996.

____. *Propaganda política no varguismo e peronismo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997. (Tese de Livre Docência).

____. Conferência proferida pela Profa. Dra. Capelato, na niversidade Estadual de Maringá, em 07 de novembro de 1997. (Vídeo).

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 9 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

____. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto. org. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura. 1992.

CODATO, Evandir. *PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950*. São Paulo: USP, 1991. (Tese de doutorado)

____. Política agrária e organização do rural. In: LAMB, Roberto Edgar & LEANDRO, José Augusto. org. *Cultura e Cidadania*. Ponta Grossa: Anpuh/PR, 1997.

D'ALESSIO, Márcia Mansor & JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17: 123-149.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: Cardoso & Vainfas, 1997.

IPARDES Fundação Edson Vieira. *O Paraná reinventado; política e governo*. Curitiba: Ipardes/SEPL/Fuem. 1989.

MARTINS, Wilson. Depoimento do professor Wilson Martins: reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50. *História: Questões & Debates,* Curitiba, n. 7, v. 12, 79-86, jun. 1986.

____. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Ed. Anhembi Limitada. 1955.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1949 pelo Sr. Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1949.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: 1996. (Dissertação de mestrado)

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: Cardoso & Vainfas, 1997.

____. Caminhos e descaminhos da história. In: Cardoso & Vainfas, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins. *Boletim do Departamento de História*. Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. Curitiba, n. 21: p. 119-123, 1974.